

Sumário

Apresentação	7
---------------------------	----------

CAPÍTULO I

Direito do Trabalho: definição, estrutura e caracterização. A formação e o desenvolvimento do Direito do Trabalho na Europa Ocidental	21
I. INTRODUÇÃO	21
II. DEFINIÇÃO, ESTRUTURA E CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	23
III. A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA EUROPA OCIDENTAL: ESTRUTURAÇÃO E GENERALIZAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA	27
IV. A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA EUROPA OCIDENTAL: FASES RELEVANTES	31
1. Manifestações incipientes ou esparsas	34
2. Sistematização e consolidação.....	36
3. Institucionalização do Direito do Trabalho	39
4. Crise e transição do Direito do Trabalho – o ingresso do neoliberalismo no Ocidente	41
V. TRAÇOS PECULIARES DA FORMAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA EUROPA OCIDENTAL.....	44

CAPÍTULO II

Trabalho escravizado, trabalho livre e Direito do Trabalho no Brasil: uma análise do período colonial(1500-1822)	51
I. INTRODUÇÃO	51

II. FORMAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO: PECULIARIDADES NAS AMÉRICAS E, ESPECIALMENTE, NO BRASIL	52
III. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO – FASES EM DESTAQUE	60
IV. FASE DE FORMAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL: O PAPEL DO PERÍODO COLONIAL (1500-1822)	64
V. REFLEXÕES ADICIONAIS SOBRE O PERÍODO COLONIAL (1500-1822)	69

CAPÍTULO III

Trabalho escravizado, trabalho livre e Direito do Trabalho no Brasil: uma análise do período monárquico (1822-1889)	73
I. INTRODUÇÃO	73
II. PECULIARIDADES DAS AMÉRICAS E, EM PARTICULAR, DO BRASIL, COM RESPEITO À FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO	76
III. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO – FASES EM DESTAQUE	81
IV. FASE DE FORMAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL: O PAPEL DO PERÍODO MONÁRQUICO (1822-1889)	83
1. Breve rememoração do período colonial (1500-1822)	83
2. O período monárquico (1822-1889)	87
V. REFLEXÕES ADICIONAIS SOBRE O PERÍODO MONÁRQUICO (1822-1889)	100

CAPÍTULO IV

Trabalho livre e Direito do Trabalho no Brasil: uma análise do período da Primeira República (1889-1930) .	107
I. INTRODUÇÃO	107
II. PECULIARIDADES DAS AMÉRICAS E, EM PARTICULAR, DO BRASIL, COM RESPEITO À FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO	108

III. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO – FASE DE FORMAÇÃO EM DESTAQUE	111
IV. FASE DE FORMAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL: O PERÍODO DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)	113
1. Transição da Monarquia para a República.....	114
2. Avanços e problemas no Período Republicano Inaugural	118
3. A estruturação do Direito do Trabalho: elementos em destaque	122
V. ALGUMAS LIÇÕES ADICIONAIS, A PARTIR DA PRIMEIRA REPÚBLICA, RELATIVAMENTE AO DIREITO DO TRABALHO (1889-1930)	128

CAPÍTULO V

A fase de institucionalização do Direito do Trabalho no Brasil: da Segunda República (1930-1945) até meados dos anos 1980	133
I. INTRODUÇÃO	133
II. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO – FASES EM DESTAQUE	135
III. FASE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL	139
1. Período da Segunda República (1930-1945): estruturação e institucionalização do sistema trabalhista brasileiro	140
A) Política Trabalhista do Governo Vargas (1930-1945).....	140
B) Constitucionalismo Social no Brasil.....	152
C) Fases do Direito do Trabalho: análise comparativa.....	153
2. Período da Terceira República (1945-1964): inovações e continuidades	154
3. Período da Ditadura Militar-Civil (1964-1985)	159
A) Aspectos da política trabalhista do período autoritário	159
B) A resistência à Ditadura e o nascimento do Novo Sindicalismo	166
IV. LIÇÕES ADICIONAIS SOBRE A FASE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL: DE 1930 ATÉ MEADOS DOS ANOS 1980	170

CAPÍTULO VI

Fase da transição democrática do Direito do Trabalho brasileiro propiciada pela Constituição de 1988 durante a Quarta República (1988-2016)	173
I. INTRODUÇÃO	173
II. FASE DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO: A CONSTITUIÇÃO DE 1988	176
1. Paradigma do Constitucionalismo Humanista, Social e Democrático	177
2. Arquitetura Democrática Constitucional Brasileira de 1988	180
A) Avanços democráticos no Direito Coletivo do Trabalho	180
B) Avanços democráticos quanto ao Ministério do Trabalho	183
C) Avanços democráticos quanto ao Ministério Público do Trabalho	184
D) Avanços democráticos quanto à Justiça do Trabalho	185
E) Avanços democráticos e inclusivos quanto ao Direito Individual do Trabalho	188
3. Institutos Trabalhistas Contraditórios Preservados em 1988 e seu Enfrentamento nos Anos Seguintes à Promulgação da Nova Constituição	216
4. Crise Cultural: desregulamentação e flexibilização – o ingresso do neoliberalismo no Brasil	222
III. LIÇÕES ADICIONAIS SOBRE A FASE DE RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA DEFLAGRADA PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988 NO SISTEMA TRABALHISTA BRASILEIRO (1988-2016)	225

CAPÍTULO VII

A crise democrática, institucional, econômica, social, cultural e trabalhista brasileira e os desafios impostos ao Direito do Trabalho e à classe que vive do trabalho (2016-2022)	227
I. INTRODUÇÃO	227
II. A CRISE DEMOCRÁTICA, INSTITUCIONAL, ECONÔMICA, SOCIAL, CULTURAL E TRABALHISTA BRASILEIRA DEFLAGRADA ENTRE 2016 E 2022	229

1. Parâmetros do Projeto Ultraliberalista Implementado desde 12 de maio de 2016	229
2. O Desemprego como Estratégia Política e Antissocial	232
3. A Reforma Trabalhista de 2017 e a Desarticulação dos Direitos Individuais, Sociais e Coletivos Trabalhistas	235
III. ANÁLISE DA REFORMA TRABALHISTA DE 2017 CONSIDERADOS OS SEGMENTOS NORMATIVOS DO DIREITO DO TRABALHO	236
1. A Lei n. 13.467/2017 e o Direito Individual do Trabalho	237
2. A Lei n. 13.467/2017 e o Direito Coletivo do Trabalho	240
3. A Lei n. 13.467/2017 e o Direito Processual do Trabalho	244
IV. ASPECTOS ADICIONAIS DA CRISE TRABALHISTA DEFLAGRADA ENTRE 2016 E 2022 E AS POLÍTICAS ANTISOCIAIS ADOPTADAS NO PERÍODO: NOVAS MEDIDAS REGRESSIVAS	246
V. LIÇÕES ADICIONAIS PROVINDAS DO PERÍODO REGRESSIVO DE 2016 A 2022	249
Referências bibliográficas	251